

**RESOLUÇÃO****PLENÁRIO DE DIRIGENTES, DELEGADOS E ATIVISTAS****INTRODUÇÃO**

Foi e é a luta dos trabalhadores o motor do desenvolvimento humano e do progresso social, indissociável da justa aspiração a uma vida melhor para todos, pela conquista e afirmação dos direitos sociais e laborais.

Foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos e os serviços públicos nas últimas décadas.

A sua luta, as suas greves, as suas manifestações e a sua solidariedade com os trabalhadores e as populações foram decisivas para a reposição das 35 horas, a reposição de rendimentos com o fim dos cortes e o descongelamento, das valorizações remuneratórias e progressão nas carreiras, entre outras conquistas, ainda que claramente insuficientes face ao que é necessário e se exige.

Com efeito, o governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

Insiste em não aumentar os salários dos trabalhadores da Administração Pública, bem como em não atualizar grande parte das pensões de aposentação, mas continua a entregar milhões à banca, a não questionar os juros e outras condições de uma dívida pública impagável, ou a fazer do défice das contas públicas o alfa e o ómega da política orçamental do país.

Continua a não reconhecer o direito constitucional à atualização salarial anual, reivindicação que a Frente Comum não deixa e não deixará cair.

Continua a não rever a Tabela Remuneratória Única no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e uma progressão justa na carreira.

Continua a insistir no pagamento faseado de direitos adquiridos que foram roubados durante uma década aos trabalhadores, prejudicando-os nas suas carreiras e nas suas vidas.

Continua a manter o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros.

Continua a não regularizar a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integrados em corpos especiais em que esse é um fator relevante, tal como é recomendado na Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018 e no artigo 17º do Orçamento do Estado para 2019.

Continua a não investir nos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização.

Continua a não reconhecer que a precariedade deve ser erradicada insistindo no PREVPAP, instrumento que já provou que não só não resolve uma série de situações gritantes de precariedade como serviu para legalizar situações de falsos recibos verdes e de outsourcing na Administração Pública.

Continua apostado em transferir para as autarquias importantes funções Sociais do Estado, como a saúde, a educação, a ação social, pondo em causa o acesso das populações a estes serviços estruturantes, os direitos dos trabalhadores, e desbravando o terreno para a privatização.

#### **SÓ A LUTA É O CAMINHO!**

Os trabalhadores da Administração Pública continuarão, também, a sua luta! É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País. Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos.

Não aceitamos que o governo do PS prossiga uma política laboral que acentua a exploração e desvaloriza o trabalho e os trabalhadores e que defrauda as expectativas criadas com a atual correlação de forças na Assembleia da República.

Não aceitamos o argumento de que não há dinheiro para aumentar os salários, sabendo que há 792 milhões de euros para financiar o Fundo de Resolução para apoiar a banca, mais do dobro do previsto em 2018 para as progressões nas carreiras da Administração Pública.

Não aceitamos que o governo deixe de fora mais de 600 mil trabalhadores que há uma década não têm aumentos.

Não aceitamos um processo de descongelamento das progressões que além de injusto e insuficiente, com graves erros e desigualdades entre serviços, ainda exclui milhares de trabalhadores do setor empresarial do Estado.

É neste contexto que os trabalhadores da Administração Pública têm prosseguido a luta pelo aumento dos salários, subsídios e pensões, pelo direito à carreira, incluindo o descongelamento das progressões para todos e a contagem do tempo de serviço anteriormente suprimido; pela regulamentação dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco, de isenção de horário e o de disponibilidade e tempo de espera; pela reposição do valor do trabalho suplementar; pela redução dos descontos para a ADSE; pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa e reforço dos serviços públicos, contra a transferência de competências para as autarquias das funções sociais do Estado; pelo combate à precariedade e pelo trabalho com direitos.

**Assim, os delegados, dirigentes e ativistas dos sindicatos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, reunidos em Plenário, a 15 de janeiro de 2019 em Lisboa, decidem:**

- **Exigir o aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60,00 EUR nas remunerações até €1500,00, por forma a iniciar, finalmente, a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos largos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;**
- **Exigir a revisão da tabela remuneratória única, estabelecendo o salário mínimo de €650,00 como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias;**
- **Exigir, para efeitos de progressão na carreira, a contagem de todo o tempo de serviço aos trabalhadores da Administração Pública;**
- **Reforçar a necessidade de resposta às reivindicações constantes da Proposta Reivindicativa Comum para 2019;**

- Desenvolver todas as formas de luta, designadamente uma greve nacional a realizar no dia 15 de fevereiro de 2019.

*Lisboa, 15 de janeiro de 2019*